

CADERNOS CANDIDO MENDES

- Transição da escravidão para o trabalho livre no Caribe (1780-1890)
- Transição da mão-de-obra escrava para a livre em Rio Bonito e Vassouras (1870-1890)
- Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística
- Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil
- Etnopolítica – a dinâmica do espaço afro-baiano
- É o Japão um país etnicamente homogêneo? Considerações sobre o caso Kajiya
- Antologia de textos do jornal 'O Africano' (1908-1919)

estudos

AFRO-ASIÁTICOS

22



CADERNOS
CANDIDO MENDES

estudos **22**
AFRO-ASIÁTICOS

ISSN 0101-546x

Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
Carlos A. Hasenbalg

estudos **AFRO-ASIÁTICOS**

Nº 22 – Setembro de 1992

Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA
Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor

Candido Mendes

Editores

Carlos A. Hasenbalg

José Maria Nunes Pereira

Conselho Editorial

Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Colin Darch, Denise Ferreira da Silva, Ernani Teixeira Torres Filho, Giralda Seyferth, Jacques d'Adesky, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Kabengele Munanga, Luiz Claudio Barcelos, Marta Aimée Rangel Batista, Nelson do Valle Silva, Olfvia Maria Rodrigues Galvão, Olfvia Maria dos Santos Gomes, Ronaldo Vainfas, Tereza Cristina Nascimento Araujo e Yvonne Maggie

Conselho Consultivo

Beatriz Góis Dantas, Carlos Moreira Henriques Serrano, Clímério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Luísa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta e Robert W. Slenes

Supervisão Gráfica

Carlos Augusto de Oliveira Lima

Secretaria de Redação

Hamilton Magalhães Neto

Serviços de Tradução

Anne Marie Millon, Carlos Alberto Medeiros, Diane Grosklaus, Mônica Magnani Monte

Produção Gráfica

Hamilton Magalhães Neto (coordenador); Luiz Carlos Palhares (revisor); Gicélia da Conceição, Sônia Maria e Tarciso Pereira (compositores); Rodilson Gonçalves de Sá (arte-finalista)

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

We ask for exchange

Price: Single Copies: US\$ 8.00

Annual Subscription (two issues): US\$ 15.00 (air mail)

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à:
Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to: Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Rua da Assembléia, 10/Conj. 501, Tel. 224-8622/R. 259, Fax (021)507-1155

20011 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Estudos Afro-Asiáticos tem o apoio da Fundação Ford e do CNPq

Internacionalização e minorias no Japão. Considerações sobre o caso Kajiyama*

Ronan Alves Pereira**

* Recebido para publicação em novembro de 1991.

** Pesquisador associado à área do Japão e Pacífico no Centro de Estudos Econômicos Internacionais (Ceri) do Instituto de Economia da Unicamp.

Em meados de setembro de 1990, por motivos de saúde, o então ministro da Justiça Shin Hasegawa foi substituído por Seiroku Kajiyama, 64, um membro do Partido Liberal-Democrata que já tinha sido antes ministro de Assuntos Internos e ministro da Indústria e do Comércio Exterior. No dia 21 desse mesmo mês, Kajiyama acompanhou o trabalho da Polícia na repressão à indústria do sexo num dos quarteirões mais badalados de Tóquio: o famoso Kabuki-chô, no bairro Shinjuku. Diante das câmeras de televisão, o novo ministro justificou a ação dizendo que as prostitutas (na grande maioria, oriundas do Sudeste asiático) arruinavam o ambiente daquela vizinhança, "(...) como nos Estados Unidos, onde certos lugares se tornam promíscuos porque os negros ingressam neles e forçam a saída dos brancos" (*Asahi Evening News*, 29.9.90).¹

Essa analogia malsucedida, utilizada para dramatizar os efeitos de tal crime no país (a prostituição é ilegal pelas leis japonesas), despertou protestos dentro e fora do Japão. Nos Estados Unidos, entidades negras como a Na-

tional Association for the Advancement of Colored People (Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor) e o US Black Business Council (Conselho de Empresários Negros dos EUA) pediram a cabeça do ministro e propuseram um boicote aos produtos japoneses em território norte-americano. Parlamentares negros aprovaram uma resolução exigindo não somente que o governo japonês apresentasse desculpas oficiais e demitisse Kajiyama, bem como pediam que o Japão tomasse medidas urgentes para "combater as atitudes racistas que ainda predominam no governo japonês (...) e se empenhasse numa iniciativa educacional agressiva (...) para elevar o entendimento (...) dos elementos positivos das sociedades multiétnicas e multirraciais". No Japão, além dos protestos dos parlamentares de vários partidos de oposição e de embaixadores de seis países africanos e do pedido de demissão do ministro apresentado pelo comitê encarregado de recepcionar o líder sul-africano Nelson Mandela, que faria uma visita ao Japão no mês seguinte, os jornais publicaram

diariamente artigos e cartas de leitores indignados com o fato.

O caso Kajiyama teve dois precedentes, em 1986 e 1988, que tiveram igualmente repercussão internacional. Em setembro de 1986, o então primeiro-ministro Nakasone disse, numa reunião de seu partido, que "o Japão se transformou em uma sociedade altamente educada - muito mais educada que a sociedade americana, quando se compara o nível médio [de conhecimento]. Nos Estados Unidos há negros, porto-riquenhos e mexicanos, por isso a média é ainda muito baixa." Dois anos depois, o ex-ministro das Finanças Michio Watanabe sugeriu que os negros norte-americanos seriam descuidados em saldar dívidas. Em ambos os casos, uma chuva de protestos forçou a apresentação de desculpas perante a sociedade norte-americana e, em particular, as minorias prejudicadas.

Todos esses incidentes revelam o provincialismo de algumas das lideranças políticas japonesas e a resistência que certos setores têm em conviver com a diversidade social. Por trás dessas atitudes, há uma crença bastante difundida segundo a qual o Japão seria uma nação etnicamente homogênea. Trata-se de uma crença sem fundamento, pois na realidade há minorias étnicas e sociais, tanto na origem do povo japonês quanto na base da pirâmide social do Japão moderno. Regredindo alguns milhares de anos na história japonesa, iremos tentar esclarecer como o caso Kajiyama se relaciona com a origem do povo nipônico, a formação de minorias no arquipélago, a negação da existência dessas minorias e o processo de internacionalização tão necessário a essa nação, que se firma cada vez mais como potência econômica e tecnológica mundial.

A ORIGEM PLURIÉTNICA DO JAPÃO

Qual a origem do povo japonês? Por quanto tempo o homem tem vivido nas ilhas que compõem o que é hoje o arquipélago ni-

pônico? Até que ponto o Japão é uma nação homogênea no que diz respeito à sua composição étnica? Essas são perguntas que podem passar pela cabeça de alguns de nós, mas que nem sempre são suficientemente respondidas, seja pela dificuldade de acesso a tais informações, seja pelo número ainda reduzido de trabalhos publicados no Brasil abordando o tema.

O Japão esteve ligado ao continente asiático durante a última era glacial (aproximadamente um milhão a 11 mil anos a.C.). Até o final desse período, os achados arqueológicos são apenas alguns implementos de pedra e partes de esqueletos humanos, deixando os pesquisadores sem condições de fazer afirmações mais taxativas. O que se sabe com certeza é que os primeiros habitantes das ilhas nipônicas têm uma origem plural. Entre as etnias principais que estão na base da formação dos protojaponeses, podemos citar a etnia mongólica, a malaio-polinésia e a *ainu* (Hori, 1963, p. 3). O resultado dessa mistura foi a predominância da etnia mongólica. Daí que o biotipo dos japoneses é muito mais próximo dos chineses e coreanos do que dos indonésios, por exemplo.

Uma das principais fontes de informação sobre o Japão antigo são documentos chineses, entre os quais o mais velho é o *Wei Chih* ou *História do reino de Wei*, escrito no século III. Esse relato contém muitas informações preciosas sobre o costume do "povo de Wa" (japoneses) e de sua situação política. Diz-nos ele que havia muitos estados ou tribos semi-independentes que mantinham contato com a China desde o ano 57. Isso quer dizer que, mesmo que a separação geográfica com o continente possa ter interrompido temporariamente o intercâmbio entre as duas partes, esse intercâmbio foi retomado pelo menos no começo da era cristã (provavelmente, bem antes disso).

Até o século V, o conhecimento da escrita chinesa ainda era muito reduzido no arquipélago japonês. Ou seja, o Japão não possuía um sistema de escrita próprio e adotou a escrita chinesa mais ou menos nessa época. No en-

tanto, os primeiros relatos históricos japoneses (escritos em chinês) só foram aparecer no século VIII: o *Kojiki (Relato dos fatos antigos)* no ano 712 e o *Nihongi* ou *Nihon-shoki (Crônicas do Japão)* em 720. Mas esses relatos estão tão imbuídos da mitologia nativa que dificilmente podem ser considerados relatos históricos fidedignos, embora sejam preciosos em termos religiosos. Por exemplo, eles alegam uma origem mítico-divina à família imperial, a qual seria descendente da deusa do Sol, Amaterasu.

Um registro oficial compilado no ano 815, o *Shinsen-shōji roku (Registro recém-selecionado de títulos e nomes de famílias)*, classificava da seguinte maneira as 1.065 famílias residentes na capital (Quioto) e vizinhança: 404 famílias *shinbetsu* (descendentes diretos da deusa do Sol, a ancestral da família imperial e fundadora do país); 335 famílias *kōbetsu* (famílias mais novas, que se ramificaram da linha imperial); e 326 famílias *banbetsu* (estrangeiros radicados no arquipélago) (Hori, 1969, p. 84). Ou seja, aproximadamente um terço da aristocracia japonesa daquela época era composto de elementos estrangeiros, provavelmente vindos do continente. De fato, sabe-se que do século I ao século VII houve intenso intercâmbio entre Japão, Coreia e China, resultando na transferência de grande número de imigrantes desses países para o arquipélago japonês. Esses imigrantes trouxeram consigo novos costumes, novas práticas e crenças religiosas, novas técnicas agrícolas, metalúrgicas etc.

Essa eufórica importação da cultura chinesa (diretamente ou via Coreia) atingiu o apogeu no período Asuka (500-710). Nesse período, o sistema de escrita chinês começou a ser mais utilizado na corte e foram adotados o calendário chinês e o budismo (ano 538 ou 552). Depois disso, o Japão continuou a mandar para o continente expedições com especialistas e aprendizes do artesanato chinês, mas no que concerne à composição étnica das ilhas nipônicas houve uma certa estabilização. O

estoque racial interno continuou a se misturar, embora praticamente não tenha havido maiores alterações causadas pela entrada de imigrantes de outras regiões.

Tanto os imigrantes quanto os demais clãs (*uji*) do arquipélago foram sendo unificados em torno do clã Yamato (família imperial). A figura do "imperador" passou a ser uma verdadeira instituição, que foi fundamental no processo de unificação nacional, bem como se tornou um dos principais elementos da identidade cultural dos japoneses. Mas também se tornou um dos maiores tabus da sociedade japonesa até recentemente. Assim, ainda hoje é bastante delicado falar com imparcialidade da origem do clã Yamato ou tecer críticas ao sistema imperial.

A IDEOLOGIA DA 'HOMOGENEIDADE RACIAL' CONFRONTADA PELAS MINORIAS

Outro tabu da sociedade japonesa são suas minorias étnicas, sociais e culturais. Como já vimos anteriormente, desde o começo da história japonesa há a presença de diversas etnias. No entanto, a origem multiétnica do Japão tende a ser desprezada, visto que os primeiros grupos que imigraram para o arquipélago se diluíram no processo de formação do povo japonês, havendo uma ênfase na sua *homogeneidade racial*.

O regime Tokugawa (1600-1868) foi importante na formação legal de algumas das minorias sociais do Japão. Nesse período, a sociedade foi congelada na seguinte estratificação social com base na ocupação: nobreza/guerreiros, camponeses, artesãos e comerciantes. Além dessas castas, havia também os "párias", sendo que os principais são os *eta* e os *hinin*. A origem dos *eta* ("[pessoa] cheia de poluição") – também conhecidos como *tokushu burakumin* (literalmente, "pessoas de vilas especiais"), *burakumin* ou *buraku-no-hito* ("pessoa da vila") – não é muito clara, mas há várias teorias que tentam descrevê-los co-

mo sendo descendentes do povo negro das Filipinas ou de uma tribo hindu, ou sendo uma tribo desgarrada de Israel ou a ramificação orochon do povo tungus (que vivia em Sakalina), ou sendo descendentes de coreanos que foram capturados como escravos ou que vieram para o arquipélago como imigrantes que trabalhavam com curtume. Fala-se também que a palavra *eta* seria derivada de *etori* (“coletores de comida”) (Price, 1967, p. 11-12, 19). Os *eta* lidavam basicamente com a matança de animais, a manufatura e venda de artigos de couro, osso e pele. Os *hinin* (*hi*, “não”; *nin*, “ser humano”) eram pessoas itinerantes, entretenedores, carrascos, mendigos, prostitutas e outros. O *hinin* não era considerado tão “poluído” quanto um *eta* e até poderia se tornar cidadão comum em certas condições. Com a Restauração Meiji (1868), tanto as castas quanto as subcastas do sistema feudal foram extintas legalmente. Embora o termo *hinin* já não seja mais utilizado, estima-se que hoje existam três milhões de *burakumin* (em torno de 3% da população total), espalhados em aproximadamente seis mil comunidades (Leonel, 1986, p. 2).

No extremo norte do Japão, na ilha Hokkaidô, concentram-se os descendentes dos nativos *ainu* (24.331 pessoas só nessa ilha, segundo dados oficiais). Esse povo ocupava boa parte do arquipélago japonês, mas foi empurrado gradualmente para a parte norte e assimilado culturalmente na medida em que o país se unificava. O último levante *ainu* de resistência ao governo japonês se deu em 1789, com a chamada guerra da Kunashiri Menashi. Devido à política de assimilação (*dôka seisaku*) adotada pelo governo japonês desde o período Meiji (1868-1912), é cada vez menor o número de *ainu* que tem o domínio de sua própria língua. Befu (1971, p. 125) afirma que “os *eta* do Japão estão para os negros dos Estados Unidos assim como os *ainu* estão para os índios [americanos]”.

Outra minoria “nativa” são os *okinawa-jin* (pessoas oriundas da ilha de Okinawa). O rei-

no de Okinawa manteve uma relação de vassalagem com a China, de 1372 a 1874. A relação desse reino com o Japão se dava através do domínio de Satsuma (atual província de Kagoshima), que começou a estender seu poderio político pelas ilhas ao norte de Okinawa a partir do século XIII. Em 1609, Satsuma empreende uma guerra punitiva contra o reino okinawense e toma o rei como prisioneiro. A partir de então, até a Restauração Meiji, Satsuma exige o pagamento de tributos e utiliza Okinawa para o empreendimento de um rentável contrabando. Em 1879, o rei Shô Tai foi destronado e forçado a morar em Tóquio. Uma vez transformada em “província” japonesa, Okinawa passa então por um rápido processo de mudança e, sobretudo, de *niponização*. Com a ocupação aliada do território japonês após a Segunda Guerra, Okinawa ficou sob a tutela norte-americana de 1945 a 1972, sendo então restituída ao Japão.

Fora esses grupos minoritários nativos que possuem uma história mais antiga, há outros mais recentes, como as vítimas da bomba atômica, as crianças japonesas que foram deixadas na China quando as tropas nipônicas bateram em retirada desse país, os filhos de executivos ou trabalhadores japoneses nascidos (e/ou criados) no exterior (*kikoku shijo*) e outros. Esses grupos têm em comum o fato de serem vítimas de algum tipo de preconceito e discriminação. A expressão japonesa “*Wareware Nihon-jin...*” (“Nós, japoneses...”) serve como uma tábua rasa para camuflar a existência dessas minorias e ditar como um *japonês* deve se comportar, pensar, sentir etc. No entanto, essa fórmula que diz muito da cultura nipônica serve sobretudo para expressar a forte barreira que os japoneses sentem em relação ao *estrangeiro*. Assim, existe o termo *gaijin* (“pessoa de fora, estrangeiro”) para distinguir os japoneses dos *outros*.²

De certa forma, o estrangeiro em geral compõe uma *minoría* no Japão (em termos sociológicos), visto que, para um japonês, só é verdadeiramente japonês quem possui uma as-

condência japonesa. Sem essa ascendência, mesmo que a pessoa nasça no Japão, incorpore os costumes, aprenda a língua e até ganhe a cidadania japonesa, dificilmente será aceito como japonês (ao menos como japonês *de verdade*). Há uma tendência japonesa para a confusão de *nacionalidade* com *etnicidade*. Diz-se com certa freqüência que o estrangeiro no Japão tem muitas regalias e é em geral bem tratado. Mas isso enquanto cumpre o papel de *outsider*. As relações mudam quando se trata de um estrangeiro que imigra permanentemente para o Japão.

E como fica a situação das crianças de casais mistos? Até 1985, só quando o pai era japonês é que os filhos recebiam a nacionalidade japonesa. Com a revisão da Lei da Nacionalidade nesse ano, os filhos de pais estrangeiros e mães japonesas também passaram a ter o mesmo direito. Essa lei revisada também requer que, nesse caso, a criança deve escolher ou desistir da nacionalidade japonesa ao atingir 22 anos. Essas crianças eram pejorativamente chamadas de *ainoko* (“mestiço”), mas hoje se usa mais o termo *haffu* (do inglês *half* = “metade”), significando “mestiço” ou “meio-japonês”. Se antes havia um claro desdém pelos *haffu*, hoje se pode dizer que o sentimento é de contradição. Por exemplo, se um *haffu* não consegue acompanhar o ritmo da escola japonesa, é freqüente recorrerem à sua ascendência estrangeira para justificar o fracasso, ou seja, a pessoa não está conseguindo acompanhar o nível da escola porque não é japonês *puro*. Por outro lado, o *haffu* está surgindo como um novo padrão de beleza que começa a ser reconhecido e apreciado pelos japoneses.

Existem igualmente inúmeros grupos minoritários *estrangeiros* no Japão, sendo que os principais são os coreanos, os chineses e os taiwaneses. Talvez o grupo mais *problemático* seja o dos coreanos. A Coreia foi governada pelo Japão como uma de suas colônias por 36 anos, de 1910 a 1945. Não se sabe exatamente quantos coreanos (*Kankoku-jin*) foram transferidos voluntária ou involuntariamente para o

Japão nesse período, mas em 1945 havia por volta de 10% da população total da Coreia vivendo no arquipélago japonês. Hoje, estima-se em aproximadamente 700 mil o número de coreanos e descendentes no Japão. A política oficial em relação a essa minoria – 85% dos quais nascidos no Japão – tem mudado desde a Segunda Guerra, mas a discriminação em relação a ela ainda pode ser sentida no trabalho, na escola, no tratamento legal etc., denunciando uma tendência japonesa de relegar os residentes coreanos como ex-súditos (Oguri, 1990).

Essas minorias nativas e estrangeiras estão muito lentamente ganhando aceitação no Japão, mas isso se deve antes de mais nada a pressões internacionais e ao fato de essas minorias terem começado a se manifestar e a se organizar. Por exemplo, os militantes mais radicais dos *burakumin* fundaram a Liga de Liberação dos Buraku; existe o Grupo de Coreanos Residentes no Japão (*Mindan*) e a Frente Democrática dos Coreanos no Japão (*Minsen*); entre os *ainu* há o grupo militante Sociedade Ainu Yay Yukar e a Associação Utari. Até estrangeiros mais recentes estão sentindo a necessidade de se organizar. O primeiro sindicato de trabalhadores fundado exclusivamente por estrangeiros no Japão surgiu no começo de 1990, liderado por seis trabalhadores filipinos. Com a ida em massa para o Japão de descendentes de japoneses nascidos na América Latina, foi criado em meados de 1990 o Comitê de Apoio aos Trabalhadores Latino-Americanos no Japão.

A INTERNACIONALIZAÇÃO NECESSÁRIA

A conformação geográfica do arquipélago japonês favoreceu o sentimento de isolamento e distância (tanto geográfica quanto cultural) em relação a outros países. O sistema imperial e a língua japonesa, dada a sua dificuldade de aprendizado por não-japoneses, também contribuíram para a unidade nacional e para o

surgimento de uma mentalidade japonesa de serem eles um povo separado, distinto, único no mundo. Os dois séculos e meio de isolamento imposto ao povo japonês pelo governo feudal (xogunato) reforçou essa mentalidade e gerou uma sociedade altamente padronizada e alienada do convívio internacional. Há somente pouco mais de um século, o Japão se abriu para o contato direto com outros povos. Desde então o povo japonês tem sido ágil e eficiente na adoção da tecnologia e cultura ocidentais.

Para um país que estava praticamente fechado ao contato com o mundo até a segunda metade do século passado, até que o Japão fez muito a nível de relações internacionais e de modernização e crescimento de sua economia. Mas ainda deixa muito a desejar no que diz respeito às relações humanas. Diante das declarações de Nakasone, Watanabe e Kajiyama, percebe-se o desprezo desses líderes pelas minorias de outros países. Mas o que é mais grave é o desprezo e negação das minorias internas do Japão. Ainda há muito a ser feito pelos grupos minoritários nativos que lutam pelo reconhecimento por parte do governo e da sociedade.³ E o mesmo pode ser dito com relação às minorias *estrangeiras* do Japão.

Depois de tudo o que foi visto nos tópicos anteriores, dificilmente se pode afirmar que o Japão é um país homogêneo. Ao contrário, além da origem étnica plural e da existência de minorias na atualidade, ocorrem transformações imperativas no mundo e dentro da própria sociedade japonesa que estimulam a introdução de novos estrangeiros no arquipélago japonês. A prosperidade econômica do país está atraindo um número cada vez maior de trabalhadores. Por outro lado, o próprio governo japonês reconhece que o país tem uma demanda de aproximadamente dois milhões de trabalhadores especializados (*The Japan Times*, 19.9.90). Ou seja, a demanda é tanto de fora para dentro, quanto de dentro para fora. Outro fenômeno também relacionado com o ingresso de imigrantes no país é o *hanayome-*

busoku ou “escassez de noivas”. Há décadas, o êxodo de mulheres de áreas rurais do Japão tem causado um grande problema para os moços remanescentes na hora de procurarem uma noiva. A solução encontrada foi a mediação de algumas firmas especializadas em contatar *pretendentes* da Coreia, Filipinas, Sri-Lanka e até do Brasil.

Mas, afinal, pode-se afirmar que o Japão é um país cosmopolita? Isso depende muito da perspectiva tomada. Tóquio é sem dúvida uma grande metrópole que faz parte do circuito internacional, seja financeiro, seja cultural, seja da moda. A NHK (Nippon Hōsō Kyōkai, rede pública de televisão e rádio) ensina, pelo vídeo, inglês, francês, alemão, espanhol, russo, italiano, coreano e chinês, o que demonstra que há público interessado em todas essas línguas. Há inúmeros jornais e revistas em inglês abordando temas variados e de todas as partes do mundo. Nas grandes cidades japonesas pode-se deliciar pratos da cozinha de todos os continentes. Cada vez mais produtos estrangeiros estão sendo consumidos no Japão; mais japoneses estão viajando para o exterior; mais estrangeiros estão entrando no Japão para trabalhar, estudar e/ou fazer turismo.

Em termos econômicos, mesmo com a acusação de ser um mercado fechado, o Japão pode ser considerado *internacional*, pois continua ainda dependendo de países produtores de matérias-primas para a indústria japonesa; de produtores de alimentos e manufaturados para os seus cidadãos; de consumidores de seu capital, tecnologia e produtos manufaturados; e, mais recentemente, de fornecedores de mão-de-obra. Na medida em que os interesses econômicos japoneses ultrapassam suas fronteiras, sua forma de relacionamento com os outros países deve mudar: a percepção tradicional japonesa dos outros povos bem como de suas próprias minorias internas tende a ser bastante abalada e o Japão deve continuar a ser solicitado a respeitar as minorias de seus aliados.

No entanto, essa face do Japão moderno tem uma boa porção de superficialidade. Em 1990 a rede NHK de rádio e televisão empreendeu uma pesquisa para saber a opinião dos japoneses sobre o que viria a ser uma pessoa internacional ou cosmopolita (*kokusai-jin*). A resposta mais escolhida foi: *kokusai-jin* é a pessoa que fala inglês. Ou seja, a noção de cosmopolitismo ainda é bastante limitada e superficial. Antes de tudo, porque, mais do que uma postura ou visão de mundo, o cosmopolitismo está reduzido ao domínio de um idioma – e somente um idioma, o inglês; ou seja, se uma pessoa falar chinês, russo ou português parece não contar muito.

A internacionalização é um fenômeno mundial indiscutível e o Japão não está imune a essa tendência. Só que esse processo parece estar sendo orientado por uma política e por políticos que perpetuam o desinteresse e desprezo pelas minorias. Por outro lado, o japonês comum, em sua maioria, também “tende a minimizar a gravidade dos problemas das minorias. Ele está propenso a pensar que [tais] problemas estão desaparecendo e que nada precisa ser feito. Conseqüentemente, ele dá pouco apoio aos diversos movimentos sociais para melhorar as condições das minorias” (Befu, 1971, p. 126). Por essas e outras razões, o Japão está sendo cada vez mais instigado a reconhecer seus grupos minoritários e a assumir a bandeira de um cosmopolitismo mais consistente e verdadeiro.

DESFECHO E IMPLICAÇÕES DO CASO KAJIYAMA

As declarações do ministro Kajiyama obtiveram uma resposta imediata da comunidade negra dos Estados Unidos e abriram mais um ponto de atrito entre esses dois parceiros político-econômicos. O ministro não foi demitido, mas teve de se retratar e pedir desculpas à sociedade norte-americana. O ex-ministro da Educação e atual chefe do grupo parlamentar

para questões raciais, Yoshiro Mori, e o secretário desse grupo parlamentar, Motoji Kondo, foram enviados aos Estados Unidos para amenizar as conseqüências do incidente através de um encontro previsto com os parlamentares negros e líderes da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP). Enfim, o repúdio foi tão grande que até o *Nihon Keizai Shimbun*, o mais respeitado jornal econômico do país, pediu a demissão do ministro. O governo japonês, embora não tenha demitido o ministro, fez o que pôde para solucionar o caso.

Uma declaração como a de Nakasone ou de Kajiyama demonstra não só o desdém pelos grupos minoritários como também um profundo desconhecimento da realidade histórica das minorias de outros países. Se os negros e hispânicos dos Estados Unidos possuem o padrão de vida e nível de escolaridade mais baixos do país não é porque queiram ou sejam incapazes de progredir; o que essa dura realidade diz mais é sobre as disparidades sócio-econômicas da sociedade norte-americana. Quando Nakasone, Watanabe e Kajiyama fizeram aquelas declarações, eles se esqueceram de que o Japão tem uma origem plural; que há minorias étnicas, sociais e culturais dentro de seu próprio país que precisam de mais apoio governamental; e que os japoneses também são passíveis de ser discriminados no exterior, como o foram os imigrantes japoneses que vieram para as Américas.

“O que o japonês na rua está pensando, se é isso o que está vindo de cima?”, disse o chefe do US Black Business Council, Albert Nellum, a um jornalista do jornal japonês *The Japan Times*. Felizmente, não podemos generalizar e dizer que todos os japoneses pensam como alguns de seus líderes políticos. Há pessoas no Japão que, mesmo não fazendo parte de grupos minoritários, estão preocupadas com as minorias e trabalham para o melhor entendimento entre os povos. Um exemplo disso é a família Arita, da cidade de Sakai (província de Osaka), que convidou o quinteto Roberts’

Revival, da igreja católica Saint Augustine, de Washington D.C., para uma série de concertos no Japão logo após o incidente com o ministro Kajiyama. Os concertos faziam parte de uma campanha de dois anos empreendida pelo grupo de 60 pessoas lideradas pela família Arita para acabar com a discriminação contra os negros no Japão (Shibazaki, 1990). São essas pessoas que nos dão a certeza de que a eliminação dos estereótipos e discriminações no Japão está em andamento.

Por fim, resta afirmar que o etnocentrismo acompanha a grande maioria das sociedades humanas e que o racismo não é privilégio dos japoneses. O tabu do racismo está presente mesmo em nações como o Brasil, que cultiva o mito de ser uma "democracia racial". Só que no Japão o debate em torno das minorias é re-

cente tanto quanto urgente. E esse debate surge no contexto do processo de internacionalização da sociedade japonesa.⁴ Dado o seu *status* de potência mundial, o Japão tem uma necessidade muito grande de promover o reconhecimento e convivência pacífica com a diversidade social e cultural, tanto dentro de suas fronteiras quanto a nível internacional. Até recentemente, os japoneses puderam alentar a ilusão de formarem uma nação etnicamente homogênea; no entanto, o confronto com a realidade de pertencer a uma nação multirracial, adicionado a mudanças que ocorrem no mundo e no próprio Japão, pode acelerar o processo irreversível de internacionalização da sociedade japonesa. Nesse processo, é natural que venham à tona declarações polêmicas como a do ministro Kajiyama.

NOTAS

1. A declaração do ministro apareceu no *Asahi Evening News* (29.9.90), da seguinte forma: "Kajiyama said prostitutes settling in a neighborhood spoil its atmosphere, '...like in America when neighborhoods become mixed because blacks move in, and whites are forced out'."

2. A relação entre japoneses (*nihon-jin*) e estrangeiros (*gai-jin*) mereceria outro artigo. Gostaria apenas de citar um caso verídico para ilustrar quão forte era a distinção dessas duas categorias sociais na cabeça de um japonês até recentemente. Jared Taylor (1986, p. 30), um norte-americano que nasceu e passou seus 16 primeiros anos no Japão, relata uma curiosa conversa que manteve com "uma japonesa de meia-idade" sobre casamento entre norte-americanos e japoneses:

"- Sempre me surpreendeu o fato desses casais poderem ter filhos - disse-me ela.

"- O que você quer dizer? - indaguei.

"- Os pais são tão diferentes fisicamente. Além disso, os japoneses têm a temperatura do corpo mais baixa e um período de gestação mais longo que o dos ocidentais. Realmente, é de causar espanto que eles possam ter filhos doces assim."

3. O governo da província de Hokkaidô fez uma pesquisa com 300 famílias *ainu* e constatou que, em 1984, a renda *per capita* anual dos *ainu* era de 800 mil ienes, o que correspondia a menos da metade da renda média em Hokkaidô para o mesmo período, a qual era de 1.900 mil ienes. Além disso, somente 78,4% dos jovens *ainu* ingressavam no 2º grau escolar, enquanto a média na província era de 94%; e somente 8,1% desses jovens possuíam até a universidade (*The Japan Times*, 8.11.86). Ou seja, a existência dos *ainu* é um fato indiscutível, assim como a discriminação social sofrida por eles.

4. Nos últimos 20 anos, *kokusai-ka* ("internacionalização") e *kokusai-jin* ("pessoa internacional ou cosmopolita") são termos cada vez mais presentes na mídia e na vida dos japoneses. Embora apresente limitações, a internacionalização é um processo em andamento no Japão. Tanto o governo (central, provincial e municipal) quanto entidades sociais têm feito contribuições a esse processo. Para citar apenas alguns exemplos, em 1972 foi criada a Fundação Japão, para promover o intercâmbio cultural e acadêmico entre o Japão e os demais países.

Inúmeras províncias patrocinam anualmente um programa em que estudantes estrangeiros passam em torno de 5 a 15 dias morando com famílias japonesas (*Hômu sutei puroguramu*, do inglês *Home-stay program*). Algumas prefeituras publicam livros em inglês para a orientação de residentes estrangeiros e oferecem ajuda financeira a estudantes estrangeiros sem bolsa de estudo.

BIBLIOGRAFIA

- ASAHI EVENING NEWS. "Demonstrators want corporate Japan to pay for insulting American blacks", 29.9.90.
- BEFU, Harumi. *JAPAN: an anthropological introduction*. San Francisco/Scranton/Londres/Toronto, Chandler Publishing, 1971.
- HORI, Ichiro. *Folk religion in Japan: continuity and change*. Chicago/Londres, The Univ. of Chicago Press, 1969 (1ª ed., 1968).
- LEONEL, Júnia. *Brief considerations about buraku discriminated reality in Japan: in a minority perspective*. Osaka, monografia inédita, 1986.
- OGURI, Keitarô. "Resident Koreans are native speakers too". *Japan Quarterly*, outubro-dezembro, 1990, p. 424-31.
- PRICE, John. "A history of the outcaste: untouchability in Japan". *Japan's invisible race: caste in culture and personality*. Ed. por George de Vos e Hiroshi Wagatsuma. Berkeley/Los Angeles, Univ. of California Press, 1967, p. 6-30.
- SHIBAZAKI, Tomoko. "Family spotlights ignorance of society as the gospel truth about discrimination". *The Japan Times*, 16.10.90.
- TAYLOR, Jared. *Shadows of the rising sun: a critical view of the "Japanese miracle"*. Tóquio, Charles E. Tuttle Co., 1986 (1ª edição do autor, 1983; 1ª edição da Tuttle, 1985)
- THE JAPAN TIMES. "Ainu face discrimination in all areas of society", 8.11.86; "Nearly 2 million skilled workers needed", 19.9.90.
- WILLIAMS, Eddie N. "Japanese racism affects American blacks". *The Daily Yomiuri*, 21.10.90.

SUMMARY

Internationalization and minorities in Japan. Reflexions on the Kajiyama case

In September 1990, the recently-appointed Japanese Minister of Justice, Seiroku Kajiyama, after taking part in a national antiprostitution campaign, drew an analogy between prostitutes and American blacks, saying that both of them lower the tone of the neighbourhoods where they live or work. This remark, widely reported by the media, provoked protests inside the country and abroad. In this article, the "Kajiyama case" is placed in the context of Japanese history, from earliest times up to the present day. Ja-

pan has multi-ethnic origins, and is a multi-racial country, although one of the major challenges it presently faces is the recognition, both officially and socially, of its ethnic minorities, and the solution of the specific problems of these minority groups. The "Kajiyama case" is seen as reflecting the internal contradiction of Japanese society, an inherent part of the inevitable and necessary process of the internationalisation of any contemporary country, and especially a country which is a major power.

RÉSUMÉ

Internationalisation et minorités au Japon. Considérations sur le cas Kajiyama

En septembre 1990, après avoir accompagné une opération de répression à la prostitution, et peu après sa prise de pouvoir, le ministre japonais de la justice, Seiroku Kajiyama, établit une analogie entre les noirs et les prostituées. Tous deux provoquaient, selon lui, une dévalorisation de leur voisinage ou de leur lieu de travail. Cette analogie fut amplement divulguée par les media et suscita des protestations aussi bien au Japon qu'à l'étranger. Cet essai présente une analyse du "cas Kajiyama" dans le contexte de l'histoire japonaise des origines à nos jours. Le Japon a une origine ethnique plurielle. Il s'agit aussi d'un pays multira-

cial. Néanmoins, l'un des plus grands défis auxquels il doit faire face actuellement est celui-ci: la reconnaissance officielle et sociale des minorités ethniques, sociales et culturelles, ainsi que la résolution des problèmes propres à ces groupes minoritaires. Le "cas Kajiyama" est, à ce qu'il semble, un réflexe de la contradiction interne de la société japonaise, inhérente au processus d'internationalisation auquel tout pays contemporain – particulièrement quand il s'agit d'une puissance de première grandeur – doit inévitablement et nécessairement faire face.